

Detalhamento dos Indicadores de Desemolso							
Indicadores de Desemolso	Descrição / Protocolo de Cálculo	Base	Valores Previstos				Fontes de Dados / (Prazo Final para apresentação à UGP)
			2008	2009	2010	2011	
Setor 1: Gestão do Setor Público (Fiscal)							
Setorial Responsável: SEFAZ							
Saldo fiscal corrente.	= Receitas Correntes <i>menos</i> Despesas Correntes.	R\$ 1,296M	R\$ 1,074 M	R\$ 1,146 M	R\$ 1,219 M	R\$ 1,293 M	SEFAZ (31 de Março de cada ano).
Índice de Concentração de Impostos (Índice Herfindahl).	$\sum_i \left(\frac{ICMS_i}{ICMS_T} \right)^2$ (NB: impostos sobre combustíveis, energia e comunicações combinados num único setor).	0,312	< 0,35	< 0,35	< 0,35	< 0,35	SEFAZ (31 de Março de cada ano).
Setor 1: Gestão do Setor Público (gestão por resultados)							
Setorial Responsável: SEPLAG							
Secretarias com relatórios anuais de desempenho de gestão por resultados.	Número dos relatórios anuais apresentados à SEPLAG até 31 de março, validados pela SEPLAG/COGERF e colocados na Internet. <i>As características desses Relatórios de Desempenho Setorial estão detalhadas no Quadro 1 abaixo.</i>	0	5	8	11	15	SEPLAG (31 de Março de cada ano).
Relatórios de Produtos-Resultados" (RPR) de programas PPA prioritários selecionados pelo COGERF.	Número de RPR apresentados cada ano pela SEPLAG/IPECE, validados pelo COGERF e colocados na Internet. <i>As características desses Relatórios de Produtos-Resultados estão detalhadas no Quadro 2 abaixo.</i>	0	1	3	5	7	SEPLAG/ IPECE (31 de Março de cada ano).

Detalhamento dos Indicadores de Desemboço							
Indicadores de Desemboço	Descrição / Protocolo de Cálculo	Base	Valores Previstos				Fontes de Dados / (Prazo Final para apresentação à UGP)
			2008	2009	2010	2011	
Setor 2: Educação							
Setorial Responsável: SEDUC							
Exames estaduais do aprendizado dos alunos das 2ª, 5ª, 9ª & 12ª séries.	Resultados de exames externos processados e informados publicamente em nível de escolas individuais. <i>Os resultados são publicados na página da SEDUC e divulgados fisicamente às escolas ,junto com um relatório de melhores práticas, elaborado pela SEDUC.</i>	Quatro exames aplicados nas 2ª, 5ª, 9ª & 12ª séries.	Quatro exames aplicados em pelo menos 90% das escolas; resultados divulgados.	Quatro exames aplicados em pelo menos 90% das escolas; resultados divulgados.	Quatro exames aplicados em pelo menos 90% das escolas; resultados divulgados.	Quatro exames aplicados em pelo menos 90% das escolas; resultados divulgados.	SEDUC (31 de Março de cada ano).
Municípios com um programa operacional de alfabetização infantil (<i>Alfabetização na Idade Certa</i>).	Um "programa operacional" é definido como: (a) gerente municipal do programa indicado; (b) material didático entregue às escolas municipais; e (c) o percentual de gerentes de programa que recebem recursos do Estado atingiu no final de 2009 – 2011 os seguintes percentuais:	--	>70% de municípios com (a) & (b) (c) --	>70% de municípios com (a) & (b); (c) 40% dos gerentes de programa recebem recursos do Estado.	>75% de municípios com (a) & (b); (c) 50% dos gerentes de programa recebem recursos do Estado.	>80% de municípios com (a) & (b); (c) 60% dos gerentes de programa recebem recursos do Estado.	SEDUC (31 de Março de cada ano).

Detalhamento dos Indicadores de Desemolso							
Indicadores de Desemolso	Descrição / Protocolo de Cálculo	Base	Valores Previstos				Fontes de Dados / (Prazo Final para apresentação à UGP)
			2008	2009	2010	2011	
Setor 3: Saúde							
Setorial Responsável: SESA							
Número de equipes de PSF/AB classificados no sistema de classificação de qualidade da AMQ, mais evidências de melhorias na qualidade destas equipes.	<p>Número de Equipes de PSF classificadas pela AMQ como percentual do número total de Equipes de PSF.</p> <p>A Avaliação para Melhoria da Qualidade – AMQ examina: 1) gestão e a coordenação local dos serviços de saúde; e 2) Equipes de Saúde da Família. As metas desse indicador se baseiam nesta última. As Equipes de Saúde da Família podem ser classificadas em uma das 5 categorias de qualidade:</p> <p>E – Qualidade Elementar D – Qualidade em Desenvolvimento C – Qualidade Consolidada B – Boa Qualidade A – Qualidade Avançada</p> <p>O Estado supervisiona a aplicação deste instrumento nacional de avaliação, enquanto os municípios são responsáveis pelo fornecimento dos dados necessários.</p> <p><i>Evidência da “melhoria” é definida como um aumento de pelo menos uma classificação de um período de avaliação para o seguinte.</i></p> <p><i>De acordo com o programa AMQ, as equipes de PSF deverão ser avaliadas pelo menos a cada 18 meses, podendo isso consistir numa auto-avaliação. Entretanto, as avaliações indicadas aqui devem ser supervisionadas por terceiros (SESA).</i></p>	--	>15% das equipes de PSF/AB classificadas.	>20% das equipes de PSF/AB classificadas.	>25% das equipes de PSF/AB classificadas; >25% das equipes anteriormente classificadas melhoram sua classificação na AMQ.	>30% das equipes de PSF/AB classificadas; >30% das equipes anteriormente classificadas melhoram sua classificação na AMQ.	AMQ Sistema Nacional de Credenciamento da AMQ (31 de Março de cada ano).

Detalhamento dos Indicadores de Desemolso							
Indicadores de Desemolso	Descrição / Protocolo de Cálculo	Base	Valores Previstos				Fontes de Dados / (Prazo Final para apresentação à UGP)
			2008	2009	2010	2011	
Número de principais hospitais (<i>hospitais pólo</i>) credenciados segundo as normas da ANVISA.	Hospitais credenciados de acordo com a Lei Federal Nº 6.437/1977, que determina que todas as unidades de saúde funcionem com um "Alvará Sanitário". Ademais, em 2001, pelo menos um certificado pela ONA. A ONA é um órgão nacional de credenciamento. A certificação do ONA tem 3 níveis. Ela é válida por 2 anos.	6	6	8	10	12	SESA (31 de Março de cada ano).
Número de principais hospitais (<i>hospitais pólo</i>) com contabilidade anual de custos padronizada.	Hospitais que submetem relatórios anuais de custos à SESA. O sistema de informações de custos deve atender, no mínimo, o nível de departamento hospitalar (centro de custos), de preferência ao nível de tipo de procedimento.	2	5	10	15	15	SESA (31 de Março de cada ano).
Setor 4: Gestão dos recursos hídricos & Abastecimento de Água e Saneamento							
Setorial Responsável: SRH							
Percentual de cobrança da Água Bruta Distribuída.	$= \frac{VF_{IN} + VF_{IRRIG} + VF_{AQ}}{VD_{IN} + VD_{IRRIG} + VD_{AQ}}$, onde: VF=volume cobrado; VD=volume distribuído; IN=usuários industriais; IRRIG=usuários de irrigação acima de 47.000 m ³ /mês; e AQ=aqüicultura, exclusive produção de peixe & camarões em cativeiros artesanais.	12,11%	15%	18%	27%	37%	SRH (31 de Março de cada ano).
Setorial Responsável: CAGECE							
Número de ligações urbanas de água e esgotos.	= Ligações cobradas em 31/Dez do Ano X menos ligações cobradas em 31/Dez do Ano X-1 mais ligações viáveis onde os serviços foram interrompidos no Ano X por falta de pagamento.	água 51,348	água 108,245	água 144,062	água 179,879	água 197,790	Sistema de Informações Empresariais da CAGECE (31 de Março de cada ano).
		esgotos 22,370	esgotos 35,860	esgotos 56,200	esgotos 76,540	esgotos 86,711	

Detalhamento dos Indicadores de Desemolso							
Indicadores de Desemolso	Descrição / Protocolo de Cálculo	Base	Valores Previstos				Fontes de Dados / (Prazo Final para apresentação à UGP)
			2008	2009	2010	2011	
Perdas de água ("água não contabilizada").	$Ianf_{anual} = \frac{VPC_{anual} - VFAT_{anual}}{VPC_{anual}},$ onde: VPC = volume comercial produzido; VFAT = volume faturado.	29,7%	29.2%	28,7%	28,5%	28,2%	CAGECE (31 de Março de cada ano).
Setor 5: Meio Empresarial & Inovação							
Setorial Responsável: ETICE							
População urbana em municípios com acesso ao serviço de Internet banda larga.	População urbana total que vive em centros municipais com acesso ao serviço de Internet banda larga (<i>Cinturão Digital</i>) <i>Veja as populações municipais e a ampliação programada do acesso de banda larga no Quadro 3.</i>	0	1.833.600	3.033.000	3.311.300	4.365.700	IBGE para população; ETICE para conexão de banda larga (31 de Março de cada ano).
Setorial Responsável: SEFAZ							
Registro de empresas no CGF dentro de 72 horas.	O percentual de registros processados em menos de 72 horas, <i>calculados a partir do momento em que toda documentação exigida foi recebida pela SEFAZ.</i>	19%	21%	24%	29%	35%	SEFAZ (31 de Março de cada ano).

Fonte: Project Appraisal Document – PAD páginas 52-56 e Loan Agreement – Schedule 5.

Seguem abaixo três quadros com detalhes adicionais mencionados em três indicadores:

Quadro 1: Diretrizes para Elaboração dos Relatórios de Desempenho das Secretarias –RDS (*)

Durante o SWAp I, as secretarias do governo deram início a avaliações setoriais para definir planos estratégicos para sua organização, inclusive resultados estratégicos, indicadores de desempenho e metas anuais de desempenho. Com base nessa experiência, o SWAp II irá ajudar e monitorar a elaboração dos relatórios anuais de desempenho frente aos indicadores de desempenho predefinidos. Cada secretaria setorial deverá apresentar uma descrição resumida de seu desempenho para fins de responsabilidade e de planejamento. Embora esses relatórios não devam ser limitados por múltiplos requisitos, eles deverão satisfazer a seis princípios:

1- Enfoque nos resultados, não nos produtos

A característica conceitual dos RDS é o *Resultado Estratégico* da Secretaria, isto é, as diferenças essenciais que a Secretaria pode e está comprometida em atingir através de seus programas para proporcionar benefícios de longo prazo para os cidadãos cearenses. É conveniente identificar e informar frente aos indicadores de resultados/produtos e eficiência, mas sem esquecer o contexto dos resultados que essas atividades se destinam a atingir.

2- Colocar o desempenho no contexto

Os RDS deverão descrever sucintamente o contexto no qual a Secretaria produz seus resultados. Isso poderá incluir uma descrição geral de outras Secretarias ou agências, outros níveis de governo e empresas do setor privado e ONGs – que desempenham um papel na obtenção de resultados estratégicos nessa área. Além disso, muitas vezes o resultado final desejado (por exemplo, a melhoria da expectativa de vida) fica bem além do controle de uma única Secretaria. O desempenho freqüentemente precisa ser medido frente a resultados ou produtos intermediários que estão logicamente ligados ao resultado desejado. O RDS deverá mostrar essas ligações. Finalmente, o relatório deverá também identificar os principais riscos associados à consecução das metas de resultados ajustadas, visto que gerenciar eficazmente o risco faz parte integrante do desempenho da Secretaria.

3- Vincular recursos a resultados

Custos, e não apenas realizações, deverão ser informados em detalhes. O RDS deverá incluir medidas de produtividade sempre que possível. As mudanças nas alocações planejadas de recursos são muitas vezes razoáveis e previstas. É importante reconhecê-las.

4- Ser breve

O RDS deverá ajudar os cidadãos e os legisladores a debaterem as prioridades e o desempenho do governo, bem como a alocação de recursos. Para ser prontamente entendido pelos seus leitores, o relatório deverá ser direto e não exaustivo. (Para detalhes adicionais, conforme apropriado, os leitores poderão ser encaminhados a outros materiais ou recursos.)

5- Ser confiável

Sempre que possível, o RDS deverá apresentar dados que possam ser independentemente corroborados para apoiar reclamações de desempenho. O relatório deverá ser transparente sobre áreas que não podem ser clara e inequivocamente demonstradas.

6- Destacar as lições aprendidas

Uma meta - chave do RDS é contribuir para melhorias dos programas e da produtividade do governo. Por esse motivo, esses relatórios incluirão uma seção com "lições aprendidas" e recomendações como um produto da análise do RDS. Isso deverá incluir recomendações de mudanças, se houver, nos indicadores de desempenho para o ano seguinte.

Fonte: Project Appraisal Document – PAD páginas 52-56 e Loan Agreement – Schedule 5.

(*) Maiores detalhes no Manual de Operações do Projeto – Decreto nº 29647 de 11/02/2009 – página 25 – Anexo 13 Guia de Preparação de Relatório de Performance

Quadro 2: Diretrizes para elaboração dos Relatórios de Produtos – Resultados - RPR (*)

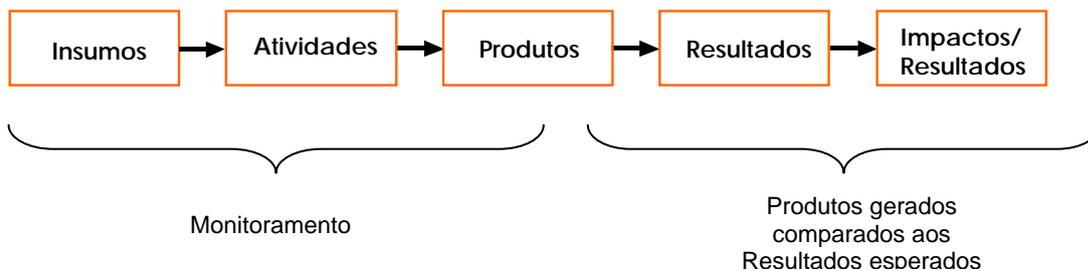
A gestão por resultados exige o monitoramento e a avaliação dos impactos das políticas públicas, inclusive dos projetos e programas do governo. O “spending review” ou “exame dos gastos” (termo usado em vários países do OECD) medem os custos e benefícios totais dos programas do governo e constituem um instrumento poderoso para racionalização da alocação de recursos públicos, melhorando, dessa forma, a eficiência e a eficácia dos gastos do governo, com a meta fundamental de melhorar as condições de vida da população.

Uma avaliação abrangente dos impactos de um programa do governo é muito difícil de ser feita. Ela geralmente requer grandes quantidades de dados abrangendo um espaço considerável de tempo para medir mudanças sociais numa população - alvo e seguramente atribui essas mudanças – mesmo que apenas parcialmente – à implementação de políticas e programas públicos específicos.

As avaliações desse tipo são metodologicamente complexas, geralmente levam um tempo considerável para serem feitas e muitas vezes são muito caras. O Relatório de Produtos - Resultados se destina a preencher o espaço entre um relatório anual, como o RDS, e uma análise de impactos amadurecida. O Relatório de Produtos - Resultados (RPR) tem três elementos essenciais:

1. Análise da consistência da elaboração dos programas (estrutura lógica)
2. Monitoramento dos resultados de acordo com a estrutura lógica.
3. Comparação dos resultados reais com os esperados, examinando até onde os resultados gerados promovem a consecução dos resultados desejados e o custo unitário dos resultados produzidos.

A “seqüência de produção” lógica do setor público ou o marco lógico que estrutura o RPR está representada abaixo.



Fonte: Project Appraisal Document – PAD páginas 52-56 e Loan Agreement – Schedule 5.

(*) Maiores detalhes no Manual de Operações do Projeto – Decreto nº 29647 de 11/02/2009 – página 26-27– Anexo 14 Guia de Preparação de Relatório de Performance

Quadro 3: População Urbana por Município & Ano Previsto de Acesso à Internet Banda Larga

2008		2011	
Município	População	Município	População
Aquiraz	64.963	Aracati	44.880
Caucaia	284.098	Barbalha	35.375
Eusébio	39.697	Canindé	46.564
Fortaleza	845.922	Crateús	53.169
Guaiúba	19.722	Guaramiranga	2.890
Itaitinga	31.518	Iguatu	69.198
Maranguape	75.109	Jaguaribe	23.901
Pacatuba	56.799	Limoeiro do Norte	31.813
Maracanaú	195.992	Mombaça	17.836
Paracuru	20.757	Morada Nova	39.316
São Gonçalo do Amarante	25.091	Quixadá	53.425
Beberibe	26.480	Quixeramobim	34.126
Cascavel	54.496	Russas	41.434
Horizonte	40.935	Tauá	29.753
Pacajús	42.912	Aracoiaba	13.481
Pindoretama	9.142	Aratuba	2.635
Total	1.833.633	Baturité	24.181
		Caridade	10.402
		Cariús	8.932
		Choró	3.945
		Crato	93.996
		Fortim	13.108
		Ibaretama	4.373
		Itaiçaba	4.014
		Jaguaribara	4.028
		Jaguaruana	20.162
		Juazeiro do Norte	229.799
		Missão Velha	14.146
		Mulungu	4.227
		Pacoti	4.275
		Palhano	4.802
		Palmácia	4.928
		Pereiro	5.879
		Piquet Carneiro	6.508
		Quixelô	5.340
		Quixeré	12.196
		Redenção	14.316
		São João do Jaguaribe	2.910
		Tabuleiro do Norte	18.191
		Total	1.054.454
2009			
Município	População		
Alcântaras	3.352		
Forquilha	14.125		
Groaíras	6.303		
Massapê	23.915		
Meruoca	6.911		
Sobral	157.155		
Frecheirinha	7.927		
Graça	6.927		
Ibiapina	9.873		
Mucambo	9.376		
Pacujá	4.003		
São Benedito	25.192		
Tianguá	46.084		
Ubajara	14.986		
Viçosa do Ceará	17.415		
Fortaleza	845.922		
Total	1.199.466		
2010			
Município	População		
Camocim	45.501		
Granja	27.492		
Acaraú	30.465		
Bela Cruz	13.241		
Cruz	9.795		
Itarema	11.514		
Marco	14.009		
Amontada	13.994		
Itapajé	33.733		
Itapipoca	58.689		
Tururu	6.481		
Uruburetama	13.297		
Total	278.211		

Nota: A população da capital do Estado, Fortaleza, está dividida entre os anos de 2008 e 2009.

Fonte: Project Appraisal Document – PAD páginas 52-56 e Loan Agreement – Schedule 5.